

Brasil Energia – 19/08/2015

MP 688 reflete “colcha de retalhos” que se tornou o setor, diz Acende Brasil

<http://brasilenergia.editorabrasilenergia.com/daily/bec-online/eletrica/2015/08/mp-688-reflete-colcha-de-retalhos-que-se-tornou-o-setor-diz-acende-brasil-465161.html>



A complexidade embutida nas regras da MP 688, apresentada pelo ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga na última terça-feira (18/8), é reflexo natural da "colcha de retalhos" que se tornou o atual arcabouço do modelo do setor elétrico, devido às sucessivas intervenções feitas pelo governo desde a edição da MP 579, na visão do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

A quantidade de condicionantes mencionadas no texto da MP surpreende, aponta o executivo, e acaba por elevar a insegurança no setor, dificultando aos geradores decidir pela suspensão das liminares que as protegem nas liquidações financeiras da CCEE. Várias lacunas terão que ser resolvidas pela Aneel no processo de audiência pública em andamento e que deve mobilizar o setor quanto ao envio de contribuições, apontou.

“É grave a paralisação dos negócios no setor, enquanto não se resolve essa questão”, destacou Sales, referindo-se à suspensão da liquidação de setembro – referente a julho –, que será acumulada com a de outubro (relativa à agosto). De positivo, destacou, há a disposição do ministro para tentar resolver o problema do GSF, o que há alguns meses não era sequer reconhecido pelo governo.

Para Priscila Lino, diretora da consultoria PSR, que participou do workshop “Escalada Tarifária do Setor Elétrico”, da Fiesp, outro problema que torna a situação ainda mais incerta é o fato de que a adesão às condições da MP 688 é optativa, como ocorreu com a MP 579, com as distorções que se conhece.

Segundo Paulo Cezar Tavares, vice-presidente da Abraceel, também no evento da Fiesp, a medida provisória, estruturalmente, não resolve nenhuma das causas do GSF negativo e ainda repassa ao consumidor comum parte do ônus do déficit hídrico.

Já o presidente da CPFL Energia e presidente do conselho de administração da Abdib, Wilson Ferreira Junior, avalia que a medida não onera os consumidores e mitiga o risco hidrológico, além de fortalecer a segurança energética, entre outras vantagens. Ferreira destacou, em comunicado, que a MP 688 foi um longo processo de debate com o governo. "Não havia como postergar o enfrentamento da questão do GSF", disse Ferreira.

